

REDAÇÕES NOTA MIL ENEM

As redações abaixo foram consideradas nota mil dentro dos critérios dos avaliadores do ENEM.

Procure estudá-las e identificar padrões de correção que o examinador valoriza.

Ano 2023, tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher”

Redação 1:

De acordo com a pensadora brasileira Djamila Ribeiro, o primeiro passo a ser tomado para solucionar uma questão é tirá-la da invisibilidade. Porém, no contexto atual do Brasil, as mulheres enfrentam diversos desafios para que seu trabalho de cuidado seja reconhecido, gerando graves impactos em suas vidas, como a falta de destaque. Nesse sentido, essa problemática ocorre em virtude da omissão governamental e da influência midiática.

Dessa forma, em primeiro plano, é preciso atentar para o descaso estatal em relação aos obstáculos enfrentados diariamente por mulheres que trabalham como cuidadoras. Segundo John Locke, “as leis fizeram-se para os homens e não para as leis”. No entanto, a inércia governamental direcionada à tais pessoas não cumpre com o previsto na Carta Magna, visto que a falta de investimento em políticas públicas causa dificuldades no âmbito profissional deste setor - como a desvalorização salarial. Isso contribui para que suas necessidades sejam cada vez mais negligenciadas.

Além disso, a influência dos meios digitais é um fator agravante no que tange ao problema. Para Chimamanda Adichie, mudar o “status quo” - o estado atual das coisas - é sempre penoso. Essa conjuntura pode ser observada no papel que a mídia possui na luta diária de mulheres que exercem o trabalho do cuidado ou doméstico, uma vez que ela auxilia no fortalecimento de uma mentalidade social machista no país. Isso ocasionou o silenciamento da população feminina, enraizando a lógica do patriarcado na sociedade. Diante do exposto, as mulheres perdem a voz na busca por direitos profissionais na área de cuidado, ao ser propagada a ideia de que essa função é sua, e somente sua, obrigação.

Portanto, é necessário que esta situação seja dissolvida. Para isso, o governo, órgão responsável por garantir a condição e existência de todos, deve prover apoio psicológico e financeiro às cuidadoras, por meio de investimentos e pelo exercício das leis, a fim de sanar a vulnerabilidade socioeconômica existente no cotidiano desses grupos. Paralelamente, os meios de comunicação precisam combater a lógica de inferioridade e a concepção machista agregadas a este trabalho. Assim,

será possível solucionar esta questão, pois será retirada do cenário de invisibilidade, como propõe Djamila.

Redação 2:

Por meio do seu livro "Brasil, país do futuro" - publicado no último século - o escritor austríaco Stefan Zweig expressou a sua confiança de que a nação cresceria e se desenvolveria exponencialmente. Para além disso, nos dias atuais, a sociedade brasileira vivencia uma situação inversa, uma vez que a constante invisibilidade feminina relacionada ao trabalho de cuidado e seus impactos negativos na contemporaneidade não são características de um "país do futuro". Desse modo, algumas negligências governamentais impulsionam a desvalorização trabalhista de cuidado desempenhado pela mulher brasileira e promovem o desenvolvimento de diversas desigualdades econômicas. Logo, tanto a inefetividade das leis direcionadas ao público feminino quanto a escassez de investimentos na educação capacitativa são suscitadores da problemática.

Em primeiro plano, é imprescindível destacar a baixa eficiência das leis relacionadas ao trabalho da mulher como um fato que potencializa a invisibilidade do esforço doméstico e de cuidados desse grupo. Nesse sentido, o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein defende que a legislação brasileira funciona somente no papel e, na prática, é ineficiente. A partir disso, tal tese pode ser comprovada por meio da má aplicação das leis trabalhistas femininas, uma vez que tais documentos não garantem, efetivamente, os direitos fundamentais da mulher, especialmente no âmbito do trabalho, e geram uma dependência dessa parcela ao cuidado doméstico, que é amplamente desvalorizado e, muitas vezes, não remunerado. Logo, tal insuficiência do sistema legislativo promove uma exploração exagerada da população feminina no país.

Além disso, vale ressaltar, ainda, a falta de verbas destinadas à educação como um fator que agrava e desvaloriza o trabalho de cuidado exercido pela mulher brasileira. Nesse sentido, o filósofo esloveno Slavoj Žižek afirma que os políticos liberais modernos priorizam interesses mercadológicos e menosprezam atitudes que beneficiem a coletividade. Dessa maneira, verifica-se uma imprudência estatal que, por sua vez, despreza a importância da educação ao não investir na capacitação feminina, o que impede a entrada desse grupo no mercado de trabalho e obriga a mulher a realizar os desvalorizados "trabalhos de cuidado". Com isso, atitudes que visem ampliar a qualidade do sistema educacional brasileiro mostram-se amplamente necessárias.

Portanto, vistos os fatores que impactam negativamente na valorização do trabalho de cuidado feminino, medidas são necessárias para combatê-los. Cabe ao governo federal a realização de fiscalizações legislativas e, por meio de inspeções e vistorias em residências de risco, verificar se as leis trabalhistas femininas estão sendo devidamente aplicadas, a fim de garantir a não exploração da mulher doméstica. Ademais, o Ministério da Educação deve, através do FUNDEB - o Fundo Nacional de Educação Básica destinar investimentos às escolas, visando promover uma capacitação geral e inserir as mulheres em um mercado de trabalho justo. Somente assim, o público feminino conquistará a devida visibilidade no âmbito do trabalho.

Redação 3:

As décadas finais do século 20, no Brasil, foram marcadas pela presença de movimentos sociais diversos, como o de ruptura das condições de gênero que prejudicavam as mulheres no meio social. Embora as manifestações tenham conquistado direitos, ainda há problemas que assolam o cotidiano feminino das brasileiras, como a invisibilidade do trabalho de cuidado. De fato, essa questão é influenciada pelo sistema capitalista e pela manutenção da visão patriarcal. Logo, é urgente sanar os desafios e enfrentar a problemática.

Diante desse cenário, cabe analisar a relação entre o modelo econômico e a invisibilidade referida. Consoante a tese do sociólogo Karl Marx, os donos de produção, no capitalismo, possuem como fim o maior lucro possível. Nessa perspectiva do autor, nota-se que essa mentalidade econômica ainda rege as relações atuais, incluindo as do Brasil. Desse modo, em um contexto que o trabalho de cuidado não reproduz o capital desejado pelas empresas, esse é invisibilizado e mal remunerado. Portanto, é visível que o sistema capitalista é um entrave na questão sofrida pelas mulheres.

Ademais, a permanência da visão patriarcal acentua o problema dessa invisibilidade. Tal situação é explicada pois, desde o período colonial do Brasil, as mulheres foram designadas a cumprir funções domésticas e de cuidado, já que não eram vistas como capazes de exercer outro ofício. Nesse cenário, ao relacionar com a atualidade, é nítido que essa convenção social do papel da mulher foi mantido como modo de continuar o privilégio dos homens, detentores do poder. Assim, ao passo que esses se consideram superiores, não há uma luta para valorizar o trabalho de cuidado, já que é visto como função intrínseca e obrigatória do gênero feminino.

Em suma, constata-se que mudanças devem ocorrer para enfrentar os desafios da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Para isso, cabe ao

poder legislativo, na condição de detentor dos meios legais de transformação, criar leis que tornem obrigatória a remuneração digna desse ofício com inclusão no mercado, além de regulamentar sua valorização. Essa proposta deve ser aprovada por meio de um debate na Câmara dos Deputados e tem como fim acabar com a invisibilidade desse trabalho. Feito isso, a questão deixará de ser um problema do corpo social brasileiro.

Redação 4:

Na obra “Utopia”, de Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita e em harmonia, a qual é livre de conflitos e mazelas. Todavia, fora de ficção, a realidade contemporânea está distante disso, haja vista os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado exercido pela mulher no Brasil. Por certo, a negligência governamental e a desigualdade social são fatores que favorecem esse quadro.

Percebe-se, a princípio, que o descaso estatal possui íntima relação com o revés. Nessa ótica, de acordo com o filósofo John Locke, configura-se como um rompimento do Contrato Social, já que o Estado não cumpre com sua função de garantir que todos desfrutem de seus direitos. Assim, devido à débil ação do Poder Público e à insuficiência de legislações, os impasses para acabar com a invisibilidade vivenciada por aquelas que realizam o trabalho de cuidadoras, sejam elas babás, donas de casa ou empregadas domésticas, têm crescido cada vez mais no Brasil. Dessa forma, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar.

Ressalta-se, ademais, a situação de vulnerabilidade em que diversas cuidadoras estão inseridas como impulsionadora do problema. Nesse contexto, segundo o escritor Ariano Suassuna, o Brasil é dividido em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos. Sob esse viés, grande parte dessas mulheres vivem em condições precárias, por isso, tendem a aceitar qualquer coisa e realizam até mesmo trabalhos sem remuneração; o que faz com que as dificuldades para enfrentar essa problemática aumentem e tornem essas mulheres cada dia mais invisíveis perante o corpo social. Destarte, é imprescindível que haja mudança.

Infere-se, portanto, a necessidade de combater essa problemática no Brasil. Logo, cabe ao Governo, como Ministério do Trabalho, desenvolver leis mais rígidas e projetos sociais, por meio de petições e da criação da campanha “Cuidar também é trabalhar”, a fim de vencer os impasses enfrentados pelas cidadãs que exercem a função de cuidadoras e garantir que passem a ser enxergadas e não sofram mais com a invisibilidade e a desvalorização. Por conseguinte, uma sociedade mais próxima da que é citada em “Utopia” será consolidada.

Redação 5:

O livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, escrito por Carolina Maria de Jesus na década de 1950, narra as vivências da autora na favela do Canindé e suas dificuldades para obter sozinha o sustento de seus três filhos. De maneira análoga, cerca de setenta anos após a publicação do diário, a realidade enfrentada por Carolina permanece no Brasil contemporâneo, visto que o trabalho de cuidado realizado por mulheres, apesar de extremamente importante para a sociedade nacional, continua invisibilizado. Diante disso, cabe refletir acerca do legado histórico patriarcal e da intensificação das desigualdades para compreender os desafios que impedem a valorização do serviço feminino de assistência.

Nesse contexto, é válido considerar a existência de permanências históricas como o principal fator causador da invisibilidade do trabalho de cuidado exercido por mulheres. Isso ocorre, pois, desde os primórdios do Brasil Colônia, a população feminina tem recebido o status de sexo frágil e, por supostamente não possuírem aptidões para o sustento, tornaram-se encarregadas apenas das tarefas domésticas. Sob essa ótica, é nítido que, duzentos anos depois da superação da condição de colônia, as raízes patriarcais continuam sendo refletidas nas relações modernas brasileiras, uma vez que as mulheres permanecem responsáveis por serviços não remunerados associados à maternidade e à existência de idosos da família, o que resulta na manutenção de estereótipos de gênero e na redução do tempo disponível para a inserção feminina no mercado de trabalho, posto que os trabalhos assistencialistas são - geralmente - exercidos de forma integral. Assim, torna-se evidente que o legado histórico desvaloriza o papel da mulher no cuidado familiar, além de corroborar seu estado de vulnerabilidade devido à falta de remuneração e à dependência financeira de seus maridos.

Ademais, é relevante considerar a ampliação de disparidades sociais como uma consequência direta da problemática do cuidado invisibilizado. De acordo com o escritor brasileiro Ariano Suassuna, o Brasil é uma nação dividida em dois fragmentos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos, sendo a estrutura nacional criada para suprir apenas as necessidades dos primeiros. A partir disso, percebe-se que, em famílias cuja renda não é suficiente para contratar profissionais especializados na assistência de diversos setores sociais, tal tarefa recai sobre as mulheres que compõem o âmbito familiar, o que as condiciona a permanecer na miséria por impossibilitar seu acesso a meios de mudança de vida, como a educação e o emprego remunerado. Logo, é notório que a desvalorização do trabalho de cuidado reforça o pensamento de Suassuna, intensificando a marginalização feminina e a separação dos privilegiados e dos despossuídos. Portanto, tornam-se claros os desafios enfrentados pela invisibilidade dos serviços de cuidado e a necessidade de combatê-los. Dessa maneira, é imperativo que o

Governo Federal atue na criação de subsídios destinados a mulheres que exercem o trabalho assistencialista em tempo integral. Isso deve ocorrer por meio de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias - redirecionando verbas de forma igualitária para famílias vulneráveis em todo o país -, a fim de reduzir as disparidades sociais e, conseqüentemente, superar o legado histórico patriarcal que atingiu Carolina Maria de Jess e outros expoentes da população feminina brasileira.

Redação 6:

Conforme estudos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de idosos crescerá drasticamente nas próximas décadas. Nesse contexto, o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres é fundamental para acolher essa parcela populacional. Todavia, a invisibilidade e a omissão estatal são desafios que perpetuam o descaso sofrido por essas trabalhadoras no Brasil. Logo, faz-se imperioso a tomada de medidas que resolvam esse contexto de emergência generalizada.

Sob essa perspectiva, é crucial que a escassez de debates acerca da importância das atividades de assistência seja superado. A esse respeito, a ilustre filósofa Djamila Ribeiro defende que, para atuar em uma situação, deve-se, antes de tudo, tirá-lo da invisibilidade. Entretanto, o panorama nacional destoa do pensamento da autora, já que o alto índice de empregadas domésticas em condições ocupacionais precárias não é enxergado pelo círculo social, de modo que discussões sobre essa questão não sejam priorizadas, dificultando intervenções nesse problema. Então, essa nebulosidade precisa ser exposta para conscientizar a sociedade.

Outrossim, vale ressaltar de que maneira a negligência do Estado fomenta a marginalização das cuidadoras. A partir disso, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman utiliza o termo "Instituição Zumbi" para simbolizar as entidades que não cumprem seu papel previamente estabelecido. Segundo o raciocínio, é possível compreender o Poder Executivo como um exemplo da ideia do expoente da Sociologia, uma vez que a sua função de garantir dignidade profissional a todo não está sendo cumprida em sua totalidade, pois muitas trabalhadoras de acolhimento ainda encontram-se em situações indignas. Por isso, a conduta governamental necessita ser reformulada para assegurar os direitos dessas profissionais.

Portanto, torna-se primordial mitigar a marginalidade do trabalho de cuidado realizado pelo gênero feminino. Dessa forma, o Ministério da Cidadania, enquanto responsável por políticas cidadãs, deve propagar dados e pesquisas que revelem a gravidade do esquecimento sofrido pelas cuidadoras, por meio de plataformas midiáticas de destaque, a fim de atingir o maior contingente possível e conscientizá-lo. Ademais, a coletividade, por intermédio do Ministério Público,

precisa cobrar do Governo Federal ações efetivas de proteção ocupacional às empregadas domésticas, com o intuito de promover o labor digno a esses indivíduos. Assim, a acolhida da nova geração de pessoas de terceira idade poderá ser efetiva.

Redação 7:

A Constituição Federal de 1988, documento jurídico mais importante do país, garante o trabalho remunerado e a dignidade humana como direitos de todo cidadão brasileiro, além de estabelecer a igualdade entre os gêneros masculino e feminino na sociedade. Entretanto, nota-se que tal prerrogativa não tem se reverberado na prática, visto que ainda há uma invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, o qual, muitas vezes, não apresenta retorno financeiro. Portanto, faz-se necessária a análise dos principais fatores que contribuem para esse triste cenário: o machismo e o descaso estatal.

Em primeira análise, é importante destacar que a mulher ocupa uma posição subjugada na sociedade brasileira desde o período colonial, sendo encarregada dos afazeres domésticos e dos cuidados familiares. A partir desse contexto, após anos de inferiorização, as mulheres conquistaram diversos direitos sociopolíticos, como o direito ao voto e o trabalho remunerado. Todavia, mesmo com essas conquistas, ainda é notável que existe um machismo estrutural na sociedade contemporânea, já que, segundo o IBGE, as mulheres gastam o dobro de tempo com tarefas de cuidado, quando comparadas aos homens. Nesse sentido, por ser uma tradição enraizada na sociedade, o trabalho de cuidado realizado pela população feminina é ignorado por grande parte das pessoas.

Ademais, é imperioso ressaltar que a invisibilidade e a desvalorização desse tipo de trabalho resultam, em alguns casos, na falta de remuneração, o que contraria o direito estabelecido na Constituição. De acordo com o filósofo Nicolau Maquiagem, o principal objetivo do governante é a manutenção do poder, deixando em segundo plano a busca pelo bem comum. Assim, é evidente que o Estado não se preocupa com a garantia dos direitos das mulheres, o que reflete na ausência de políticas públicas que assegurem uma remuneração digna àquelas que trabalham. dessa forma, as mulheres se encontram desamparadas, ao mesmo tempo, pela sociedade e pelo governo.

Portanto, é necessário promover ações concretas, as quais alterem o quadro de invisibilidade do trabalho realizado pela população feminina. Logo, cabe às emissoras de TV, as quais são grandes formadoras de opinião da sociedade, realizar campanhas sobre a importância de lutar contra o machismo, por meio de anúncios publicitários, a fim de desconstruir ideias de subjugação presentes no Brasil

contemporâneo. Além disso, o Governo Federal deve fiscalizar as relações de trabalho para garantir a remuneração feminina.

Redação 8:

O trabalho de cuidado se mostra necessário na medida em que é o responsável pelo zelo de crianças, idosos, pessoas com deficiências e afazeres domésticos. Entretanto, nota-se, na comunidade brasileira, a invisibilidade desse serviço e seu protagonismo majoritariamente feminino. Isso ocorre por duas causas principais: o baixo prestígio social estigmatizado a essas tarefas e as convenções de gênero estabelecidas pela sociedade brasileira.

A princípio, o prestígio social de um trabalho é um fator importante para a determinação de seu reconhecimento e remuneração. Nesse raciocínio, atividades de cuidado são estigmatizadas dentro do corpo social como inferiores e descriminalizadas pelo seu baixo nível de escolaridade. Isso acontece, pois com a predominância do capitalismo no ocidente e a Revolução Tecnológica introduzida a partir da 3ª Revolução Industrial no mundo contemporâneo, houve a crescente valorização de serviços de alto grau de especialização e nível acadêmico. Dessa forma, atividades de baixo ou nenhum valor tecnológico, como o trabalho do cuidado ou tarefas domésticas, foram socialmente marginalizadas em escala global.

Além disso, percebe-se a predominância de mulheres na realização de serviços de assistência. Essa é uma realidade que demonstra que as transformações sociais ocorridas no Brasil não foram suficientes para desconstruir convenções de gênero e seus papéis sociais, pois atividades relacionadas ao cuidado e de cunho doméstico são predominantemente associadas a mulheres. Como exemplificação, “A Hora da Estrela”, de Clarice Lispector, retrata esse cenário pela personagem Macuabé, nordestina que trabalha como empregada doméstica no Rio de Janeiro. Descrita ao longo da narrativa como pequena e inviolável, ausente de acontecimentos ou importância em sua própria história. Clarice representa, dessa maneira, a invisibilidade e o preconceito da sociedade brasileira pelas mulheres que realizam o trabalho do cuidado e seus desafios.

Portanto, é necessária a aplicação de medidas para o enfrentamento da desvalorização do trabalho de cuidado no Brasil. Para isso, o Governo Executivo Federal deverá realizar ações de combate à desigualdade social sofrida por essa atividade, por meio de políticas de valorização do serviço de assistência, como a validação legal dessa prestação como trabalho remunerado e a obrigatoriedade do

pagamento do salário mínimo. Assim, o Brasil se tornará um país que enxerga e prioriza todos os tipos de serviços.

Redação 9:

A filósofa contemporânea Hannah Arendt constata, por meio do conceito denominado “banalidade do mal”, a tendência existente nas sociedades no que tange à naturalização das mazelas presentes na coletividade. Nessa vertente, percebe-se que, na realidade brasileira atual, a proposição teórica mencionada se torna evidente, sobretudo quando são considerados os entraves para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. Com efeito, hão de ser analisados os principais intensificadores da temática em questão: o machismo estrutural e a omissão estatal.

Diante desse cenário, a persistência de um ideário preconceituoso contra o público feminino potencializa a desvalorização de atividades relacionadas ao cuidado. Nesse viés, cabe citar que durante o Período Colonial, houve a estruturação da família brasileira com valores patriarcais, de modo a haver a restrição do papel social da mulher à reprodução e aos afazeres domésticos. No entanto, apesar do lapso temporal, tais convenções ainda estão presentes no território nacional, haja vista que, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres se dedicariam mais que o dobro de horas semanais, em 2019, em comparação aos homens, às tarefas de cuidado. Nessa linha de raciocínio, atividades desse tipo – que incluem o trabalho com crianças, idosos, e pessoas com deficiência, assim como as demandas domésticas – são comumente vistas como uma obrigação feminina, mas, lamentavelmente, recebem um grau inferior de reconhecimento e importância. Isso se torna ainda mais claro pelo fato de muitas tarefas dessa natureza serem mal pagas ou não remuneradas, o que é extremamente preocupante em um país como o Brasil – o qual apresenta, em sua Constituição Federal de 1988, o direito à igualdade laboral.

Ademais, é imperioso mostrar a postura inerte do Estado brasileiro quanto à tentativa de invisibilização que acomete a problemática. Sob tal ótica, o sociólogo polonês Zigmunt Bauman define como “Instituições Zumbi” aquelas entidades que mantêm suas estruturas vigentes, contudo não cumprem adequadamente seus papéis sociais. Nesse sentido, o aparato estatal nacional pode ser enquadrado na visão baumaniana, tendo em vista que o trabalho do cuidado colocado em prática pelas mulheres é decorrente, em muitos contextos, da intersecção das desigualdades socioeconômicas e étnicas. Dessa forma, enquanto não for combatida a conjuntura precária vivenciada por tantas meninas e mulheres, as

quais se encontram, principalmente, em situação de pobreza e de vulnerabilidade, elas continuarão inseridas em um trabalho de cuidado sem o amparo estatal necessário.

Portanto, fazem-se urgentes medidas de enfrentamento aos impasses da temática supracitada. Assim, o Ministério do Trabalho e Emprego deve realizar um registro das principais áreas com presença do trabalho de cuidado. Tal iniciativa será efetivada por intermédio de profissionais do IBGE, os quais, em parceria com o Poder Executivo, irão às residências onde as mulheres exercem suas atividades e organizarão um auxílio financeiro para ajudá-las a garantir suas dignidades enquanto cidadão. Isso poderá proporcionar melhores perspectivas de vida para o público feminino, de maneira a fragilizar o machismo e ampliar a igualdade.

Redação 10:

A Constituição Cidadã traz, entre suas diretrizes legais, a igualdade entre homens e mulheres, nas diversas áreas, o que inclui a esfera laboral. No entanto, na prática, a realidade brasileira tem sido diferente do que propõe a lei, sobretudo, no que se refere aos desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado, em grande parte, realizado pelas mulheres. Logo, debater sobre os principais fatores relacionados à problemática — raiz cultural e negligência estatal — é indispensável para a reversão do atual quadro no Brasil.

De início, é válido salientar que os impasses relativos à ausente visibilidade do trabalho feminino de cuidados decorre de padrões culturais construídos ao longo dos séculos. Nesse sentido, a sociedade brasileira naturalizou as atribuições de zelo como o outro de trabalho doméstico, fundamentalmente, às mulheres, como se tais atividades estivessem associadas às suas características biológicas. Entretanto, segundo o que afirma a socióloga Simone de Beauvoir, em seu livro “O Segundo Sexo”: “Não se nasce mulher, torna-se”. Sob a ótica “beauvoiana”, percebe-se, então, que aquilo que vem a ser tido do escopo feminino, por exemplo, os cuidados com o próximo e com o lar às mulheres e não aos homens. Em consequência do exposto, dificulta-se a valorização desse tipo de labor em termos legais e remunerativos, pois, já que é “natural”, em consequência, para o senso comum, não haveria motivos para reconhecimentos formais. Portanto, corrigir as visões deturpadas não apenas de contradizer a Constituição de 88, como também é essencial para o enfrentamento do problema no país.

Ademais, é imprescindível destacar o falho papel do Estado quanto ao endosso da invisibilidade do mundo laboral das cuidadoras da nação, principalmente, a partir de um olhar socioeconômico. Isso acontece, porque, conforme apontava o sociólogo

brasileiro Florestan Fernandes, desde o final da escravatura, no Brasil, pouco foi feito pelo governo no que diz respeito à inserção do negro na sociedade; sendo, naquele contexto, os meninos pretos destinados aos trabalhos nas feiras e as meninas pretas, para o serviço doméstico. Assim, como de outrora até os dias atuais, pouco foi feito pelo poder público, para modificar tal padrão, é esta última a maioria a qual permanece como empregadas domésticas ainda pouco valorizadas, cuidadoras mal remuneradas e donas de casa com pouca qualificação educacional e profissional. Dessarte, gerar mais benefícios legais a esse público é medida incontroversa para reverter o cunho de desigualdade de etnia e de classe relacionadas à questão.

Destarte, para enfrentar a invisibilidade do trabalho feminino de cuidado, algumas ações devem ser adotadas. Dessa forma, o Poder Legislativo, na figura das deputadas (estaduais e federais) e das senadoras, dada a sua representatividade do coletivo feminino, deve difundir informações e ampliar direitos às cuidadoras de pessoas e de lares. Isso pode ser feito através do desenvolvimento de projetos de lei responsáveis por criar campanhas modificadoras das construções sociais de gênero e por meio da elaboração de emendas constitucionais (inclusive para a PEC das domésticas). Com tais atitudes, objetiva-se corrigir desproporcionalidade de gênero no desempenho das referidas atividades, bem como, aumentar a visibilidade e as benesses legais às mulheres pretas cuidadoras, reduzindo-se, conseqüentemente, as desigualdades ligadas ao tema.

Redação 11:

Em seu poema "Vou-me embora pra Pasárgada", o autor modernista Manoel Bandeira vislumbrou uma sociedade idealizada, para se refugiar de uma realidade na qual o eu lírico não era feliz, evidenciando a insatisfação no tocante ao mundo concreto. Nesse sentido, fora da ficção, no Brasil, muitos indivíduos são acometidos por tal disfunção, uma vez que são vários os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Logo, entre eles, estão a negligência estatal e a precária formação do ser.

Sob esse viés, vale pontuar, como uma das principais dificuldades associadas à não visibilidade do cuidado exercido em forma de labor pela mulher, no país, a indiligência governamental. Nessa perspectiva, o jornalista Gilberto Dimenstein elucida que a letargia das instituições públicas predispõe um empecilho significativo na materialização dos direitos preconizados na Carta Magna. À luz dessa asserção, é notório que o Estado não tem cumprido seu papel de modo adequado, visto que são ínfimas as políticas de remuneração adequada

promovidas, as quais visem ao oferecimento de salários suficientes para viabilizar melhores condições de vida, como o aumento do poder compra de itens básicos e essenciais à sobrevivência, a exemplo de artigos de alimentação e de higiene pessoal. Como efeito, observa-se um cenário de desfacelamento da dignidade humana de muitas mulheres no ofício em voga.

Outrossim, faz-se mister destacar, como outra dificuldade a ser defrontada para combater a invisibilidade do trabalho de cuidadoras, na nação, a deficitária formação civil, que leva ao preconceito social. Nesse contexto, pode-se citar o fato de que muitas escolas são ineficientes em promover uma maior conscientização acerca da importância dos serviços de cuidado desempenhado, principalmente, por pessoas do sexo feminino, o que provoca um panorama de desvalorização e de discriminação das profissionais que, em grande parte das vezes, são subjugadas por suas características fenotípicas. Na linha desse raciocínio, cabe mencionar a "Teoria da Coercitividade", do sociólogo Émile Durkheim, ao afirmar que, se o pensamento hegemônico defende determinada ideia, nesse caso, de que essas atividades de cuidado não são relevantes para o desenvolvimento do país e de que as mulheres que a praticam são inferiores, por questão de raça ou gênero, o povo tende a segui-la.

Portanto, com o fito de dar visibilidade ao trabalho de cuidado realizado pela mulher, no Brasil, o Governo Federal, pilar inicial da pátria, deve investir mais em políticas de remuneração adequada e justa, por meio da destinação de um maior erário, que deverá ser retirado do Produto Interno Bruto, correspondente ao fornecedor de capital para fins como esse. Ademais, as Escolas, como agentes de socialização, precisam promover uma maior conscientização, mediante a elaboração de palestras e de debates, os quais informem a relevância desse ofício e da não discriminação das mulheres que o exercem, com o intuito de minimizar o preconceito. Assim, os brasileiros deixarão de protagonizar a distopia de Bandeira.

Redação 12:

Historicamente, o mundo do trabalho foi dominado pelos homens, restando para as mulheres, principalmente, o trabalho doméstico e de cuidado com a família. Com efeito, no Brasil não foi diferente, e, ainda hoje, existem desafios que precisam ser enfrentados para reduzir a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no país, uma vez que esse grupo da sociedade permanece em situação de exclusão e subserviência no mercado trabalhista. Diante desse cenário, é fundamental compreender as causas desse revés, dentre as quais a desigualdade social e o patriarcalismo enraizado na sociedade são fatores agravantes dessa problemática.

Em uma primeira análise, destaca-se a desigualdade social como um dos desafios a ser enfrentado para amenizar a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Nesse sentido, a escritora Carolina Maria de Jesus, em sua obra literária "Quarto de Despejo", escrita em meados do século XX, traz uma denúncia social, com uma visão feminina de uma moradora da favela, na qual retrata a invisibilidade das pessoas que vivem em regiões desprestigiadas pelo poder público e que precisam se submeter a situações degradantes para conseguir sobreviver e não morrer de fome. Sob essa ótica, percebe-se que a desigualdade social gerada pela ausência do amparo estatal para as camadas mais pobres da população acarreta na aceitação de trabalhos mal remunerados e informais, principalmente pelas mulheres. Assim, é fundamental que haja políticas públicas que reconheçam a importância do trabalho de cuidado no país e tragam garantias para essa atividade que será cada vez mais demandada com o envelhecimento da população.

Outrossim, salienta-se que o patriarcalismo enraizado na sociedade brasileira é outro fator que contribui para a falta de visibilidade do trabalho de cuidado desempenhado pela mulher no país, sendo a desconstrução dessa cultura de inferioridade feminina mais um desafio a ser superado para solucionar esse gravame social. Segundo preconiza a Constituição Federal, em seu artigo 3º, é objetivo do Estado a construção de uma sociedade justa e igualitária, sem distinção de gênero, raça, etc. No entanto, as mulheres ainda são prejudicadas quanto aos direitos trabalhistas, recebendo salários menores e não sendo valorizadas especialmente nos trabalhos realizados em ambientes domésticos. Dessa forma, é preciso que haja uma mudança cultural no pensamento patriarcal a fim de ampliar a importância desse trabalho de cuidado feminino com o reconhecimento das garantias constitucionais.

É evidente, portanto, que medidas precisam ser tomadas para solucionar esse problema. Para tanto, o Congresso Nacional, por meio da elaboração de leis específicas, deve criar normas que assegurem a visibilidade do trabalho de cuidado existente no país, executado majoritariamente por mulheres, com a regulamentação de direitos trabalhistas para essa categoria, a fim de que essas trabalhadoras possam ter uma vida digna, uma jornada legal de trabalho e uma remuneração justa que lhes permita ter acesso à moradia, alimentação, saúde e lazer.

Redação 1:

O poeta modernista Oswald de Andrade relata, em "Erro de Português", que, sob um dia de chuva, o índio foi vestido pelo português - uma denúncia à aculturação sofrida pelos povos indígenas com a chegada dos europeus ao território brasileiro. Paralelamente, no Brasil atual, há a manutenção de práticas prejudiciais não só aos silvícolas, mas também aos demais povos e comunidades tradicionais, como os pescadores. Com efeito, atuam como desafios para a valorização desses grupos a educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, existe a falta da promoção de um ensino eficiente sobre as populações tradicionais. Sob esse viés, as escolas, ao abordarem tais povos por meio de um ponto de vista histórico eurocêntrico, enraízam no imaginário estudantil a imagem de aborígenes cujas vivências são marcadas pela defasagem tecnológica. A exemplo disso, há o senso comum de que os indígenas são selvagens, alheios aos benefícios do mundo moderno, o que, conseqüentemente, gera um preconceito, manifestado em indagações como "o índio tem 'smartphone' e está lutando pela demarcação de terras?" - ideia essa que deslegitima a luta dos silvícolas. Entretanto, de acordo com a Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, o direito dos povos tradicionais à terra é inato, sendo anterior, até, à criação do Estado brasileiro. Dessa forma, por não ensinarem tal visão, os colégios fomentam a desvalorização das comunidades tradicionais, mediante o desenvolvimento de um pensamento discriminatório nos alunos.

Além disso, outro desafio para o reconhecimento desses indivíduos é a carência do progresso sustentável. Nesse contexto, as entidades mercadológicas que atuam nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais não necessariamente se preocupam com a sua preservação, comportamento no qual se valoriza o lucro em detrimento da harmonia entre a natureza e as comunidades em questão. À luz disso, há o exemplo do que ocorre aos pescadores, cujos rios são contaminados devido ao garimpo ilegal, extremamente comum na Região Amazônica. Por conseguinte, o povo que sobrevive a partir dessa atividade é prejudicado pelo que a Biologia chama de magnificação trófica, quando metais pesados acumulam-se nos animais de uma cadeia alimentar - provocando a morte de peixes e a infecção de humanos por mercúrio. Assim, as indústrias que usam os recursos naturais de forma irresponsável não promovem o desenvolvimento sustentável e agem de maneira nociva às sociedades tradicionais.

Portanto, é essencial que o governo mitigue os desafios supracitados. Para isso, o Ministério da Educação - órgão responsável pelo estabelecimento da grade curricular

das escolas – deve educar os alunos a respeito dos empecilhos à preservação dos indígenas, por meio da inserção da matéria “Estudos Indigenistas” no ensino básico, a fim de explicar o contexto dos silvícolas e desconstruir o preconceito. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento – pasta instituidora da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – precisa fiscalizar as atividades econômicas danosas às sociedades vulneráveis, visando à valorização de tais pessoas, mediante canais de denúncias.

Redação 2:

Historicamente, a partir da implementação das missões jesuíticas no Brasil colonial, os povos nativos tiveram suas tradições suprimidas e o seu conhecimento acerca das peculiaridades territoriais menosprezado. Na contemporaneidade, a importância dessas populações configura um fator indispensável à compreensão da diversidade étnica do nosso país. Contudo, ainda persistem desafios à valorização dessas comunidades, o que interfere na preservação de seus saberes. Logo, urge medidas estatais que promovam melhorias nesse cenário.

Sob esse viés, é válido destacar a fundamentabilidade dos povos tradicionais como detentores de pluralidade histórica e cultural, que proporciona a disseminação de uma vasta sabedoria na sociedade. Nesse sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) afirma as heranças tradicionais desses grupos como constituintes do patrimônio imaterial brasileiro. Dessa forma, sabe-se que a contribuição desses indivíduos para a formação intelectual do corpo social engloba práticas de sustentabilidade, agricultura familiar e, inclusive, confere a eles uma participação efetiva na economia do país. Assim, evidencia-se a extrema relevância dessas comunidades para a manutenção de conhecimentos diferenciados, bem como para a evolução da coletividade.

Entretanto, a falta de representantes políticos eleitos para essa classe ocasiona a desvalorização das suas necessidades sociais, que não são atendidas pelos demais legisladores. Nesse contexto, a Constituição Federal assegura direitos inalienáveis a todos os cidadãos brasileiros, abordando o dever de inclusão de povos tradicionais nas decisões públicas. Desse modo, compreende-se que a existência de obstáculos para o reconhecimento da importância de populações nativas se relaciona à ineficácia na incorporação de representantes que sejam, de fato, interessados na perpetuação de saberes e técnicas ancestrais propagados para esses grupos. Sendo assim, comprova-se a ocorrência de um grave problema no âmbito coletivo, o qual impede a garantia plena dos direitos básicos dessas pessoas.

Diante do exposto, denota-se a urgência de propostas governamentais que alterem esse quadro. Portanto, cabe ao Estado – cuja função principal é a proteção dos direitos de seus cidadãos – a implantação de mudanças no sistema eleitoral, por meio da criação de cotas rígidas para a eleição de políticos oriundos de localidades nativas. Tal reestruturação terá como finalidade a valorização de povos tradicionais, reconhecendo a sua fundamentalidade na composição histórica e cultural da sociedade brasileira.

Redação 3:

Na obra literária “Triste fim de Policarpo Quaresma”, do autor brasileiro Lima Barreto, a figura do protagonista é construída a partir de um ideal ultranacionalista baseado na valorização das questões do próprio país. Analogamente, fora da ficção, a sociedade brasileira não se comporta com Policarpo, visto que esta não se preocupa em valorizar a memória dos povos tradicionais brasileiros, embora sejam tão importantes para a identidade nacional. Nesse interím, entende-se a negligência estatal e a não eficiência da legislação como causas desse desafio.

A princípio, sobre esse assunto, vale ressaltar a importância de um Estado ativo na resolução de questões sociais. Dessa forma, para o filósofo polonês Zygmunt Bauman, uma instituição, quando posicionada de forma a ignorar sua função original, é considerada em um estado de “zumbi”. Sob esse viés, o Estado brasileiro é análogo a esse conceito, visto que, no que tange à valorização e proteção dessas comunidades, ele é ausente. Isso posto, tal postura negligente contribui para que os povos tradicionais não recebam o amparo estatal necessário, colocando em risco anos de história, de resistência e de memória de uma parcela fundamental da sociedade.

Outrossim, a ausência de uma legislação que abrace a causa ameaça diretamente a sobrevivência desses grupos. Nessa ótica, a obra literária “Cidadão de papel”, do jornalista Gilberto Dimenstein, apresenta um contexto social em que as garantias constitucionais estão restritas apenas à parte escrita, sem ser colocada em prática. Diante disso, essas comunidades originais tupiniquins podem ser consideradas de papel, tendo em vista a não eficiência das leis e projetos que garantem seus direitos. Assim, ao invés de promover a valorização e o reconhecimento dessas populações, tais determinações falhas contribuem para a manutenção do sentimento de invisibilidade social desses povos.

Dessarte, é inegável que, a respeito dos povos tradicionais, o Brasil possui entraves que precisam ser resolvidos. Logo, o Governo Federal, órgão de maior poder político nacional, deve, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, criar projetos de reconhecimento e que garantam os direitos desses grupos. Essa ação será viabilizada por meio de campanhas estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), de forma que a valorização dessas populações torne-se cada vez mais uma pauta discutida na sociedade. Para isso, é fulcral a disseminação de informações acerca da importância de proteger os territórios indígenas e quilombolas, evidenciando a necessidade da não reivindicação desses locais para fins econômicos e privados. Dessa forma, será possível formar uma sociedade ciente das causas sociais do país e, principalmente, manter viva a memória daqueles que essencialmente formaram a identidade nacional.

Redação 4:

No livro "Ideias para Adiar o Fim do Mundo", Ailton Krenak critica o distanciamento entre a população brasileira como um todo e a natureza, o que não se aplica às comunidades indígenas. Tal pensamento é extremamente atual, já que não só indígenas como todas as populações tradicionais têm uma relação de respeito mútuo com a natureza, aspectos que as diferenciam do resto dos brasileiros. Com isso, a agressão ao meio ambiente e o apagamento dos saberes ancestrais configuram desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil.

Primeiramente, é preciso compreender como a agressão ao meio ambiente fere as comunidades tradicionais. Há séculos esses povos vêm construindo suas culturas com respeito à natureza, tratando-a de forma sustentável. Consequentemente, criou-se nesses grupos uma visão afetiva dos recursos naturais, que se tornaram base para a manutenção de uma identidade característica a cada uma dessas comunidades. No entanto, todos os biomas brasileiros estão sendo constantemente ameaçados, seja pela mineração, garimpo ilegal, desmatamento ou poluição, fatores que têm em comum a priorização do gasto financeiro em detrimento da preservação ambiental. Assim, parte da população coloca em risco o maior patrimônio dos povos tradicionais, a natureza, em busca de recursos naturais que trazem benefícios restritos aos agressores, tornando o modo de vida dessas comunidades impraticável. Portanto, com base na importância do meio ambiente para as comunidades tradicionais, causar danos à natureza significa, também, causar danos aos povos em questão.

Ademais, é de grande relevância entender como o apagamento dos saberes ancestrais leva à desvalorização dos povos tradicionais. Devido à grande diversidade de povos tradicionais no Brasil, houve, em cada um deles, a criação de um conjunto de conhecimentos, pensamentos, filosofias e linguagens distintas, passados pelas gerações, dizendo e mantendo vivo o modo de vida que caracteriza identitariamente cada grupo. Entretanto, essa bagagem sistêmica é muito pouco externalizada, pelo fato de que esses saberes são coletivizados apenas em esferas menores, de forma a manter a ancestralidade dos povos locais apenas entre si. Logo, todo conhecimento produzido nessa perspectiva é desconhecido do grande público, sendo pouco discutido e não

fazendo parte da visão de mundo da maioria dos brasileiros. Dessa forma, os saberes dos povos tradicionais são desconsiderados, acarretando na desvalorização de todos esses grupos.

Em síntese, o impacto causado ao meio ambiente e a desconsideração de seus saberes são grandes agentes na desvalorização das comunidades tradicionais. Por isso, cabe ao Ministério do Meio Ambiente proteger os biomas do país através do endurecimento de punições contra crimes ambientais, com a finalidade de salvaguardar o modo de vida de diferentes povos, tornando possível a manutenção da diversidade cultural brasileira. Além disso, o Ministério da Educação deve promover a discussão sobre os conhecimentos das comunidades tradicionais, por meio da incorporação de conteúdos relacionados a esses povos na grade curricular das escolas, a fim de divulgar a visão de mundo desses grupos, fomentando uma convivência pacífica entre toda a população.

Redação 5:

Na obra "Espírito das Leis", Montesquieu enfatizou que é preciso analisar as relações sociais existentes de um povo para, assim, aplicar as diretrizes legais e abonar o progresso coletivo. No entanto, ao observar os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, certifica-se que a teoria do filósofo diverge da realidade tupiniquim contemporânea. Haja visto a persistência de territórios desprotegidos e direitos disrespeitados, fato que impede a ascensão do Estado Brasileiro. Com efeito, é imprescindível enunciar os aspectos socioculturais e a insuficiência legislativa como pilares fundamentais da chaga.

É importante considerar, antes de tudo, o fator grupal. Conforme o pensador Jurgen Habermas, a razão comunicativa, ou seja, o diálogo constitui etapa fundamental do desenvolvimento social. Nesse ínterim, falta de estímulo ao debate a respeito da valorização das comunidades e povos tradicionais do Brasil, todavia coíbe o poder transformador da deliberação e, consequentemente, ocasiona a queda da sociobiodiversidade no Brasil. Descarte, discorrer criticamente a problemática é o primeiro passo para a consideração do progresso sociocultural habermaniano.

Além disso, merece destaque o quesito constitucional. Segundo Jean Jacques Rousseau, os cidadãos cedem parte da liberdade adquirida na circunstância natural para que o Estado garanta direitos intransigentes. A dificuldade na valorização de todos os povos e comunidades brasileiras, entretanto, contrasta a concepção do pensador na medida em que o conhecimento da população sobre a natureza, sociedades e culturas históricas seja de baixo nível. Dessa forma, as ações precisam ser executadas pelas autoridades competentes com o fito de diminuir o revés.

Entende-se, portanto, a temática como sendo um obstáculo, intrínseco de raízes culturais e legislativas. Logo, a mídia por intermédio de programas televisivos de grande audiência, irá discutir o assunto com profissionais especialistas nessa área, com o objetivo de mostrar as reais consequências do problema, apresentar visão crítica e orientar os espectadores a respeito do impasse. Essa medida ocorrerá por meio da elaboração de um projeto estatal em parceria com o Ministério das Comunicações. Desse modo, a deliberação de Habermas e a justiça de Rousseau, a sociedade brasileira terá progresso social concretizado como enfatizou Montesquieu.

Redação 6:

Declarado patrimônio imaterial brasileiro, o ofício das quebradeiras de coco é exemplo de preservação de conhecimentos populares que marcam a cultura, a economia e as relações interpessoais dos povos envolvidos. Similarmente, muitos outros grupos tradicionais possuem saber de extrema importância e, no entanto, não recebem o respeito merecido, o que cria uma urgente necessidade de promover a valorização dessas comunidades. Nesse contexto, é válido analisar como a negligência estatal e a existência de uma visão capitalizada da natureza representam desafios para a resolução de tal problemática.

Diante desse cenário, nota-se a inoperância governamental como fator agravante do descaso em relação às culturas tradicionais. Para pensadora contemporânea Djamila Ribeiro, é preciso tirar as situações da invisibilidade para que soluções sejam encontradas, perspectiva que demonstra a falha cometida pelo Estado, uma vez que existe uma forte carência de conscientização popular sobre o assunto - causada pelo baixo estímulo governamental a essas discussões, tanto nas salas de aula quanto no âmbito político. Nesse sentido, fica evidente que, por não dar notoriedade à luta desses povos, o governo permite o esquecimento e a minimização de seus costumes, o que gera não somente a massiva perda cultural de um legado cultivado por gerações, mas também o prejuízo da desestruturação econômica de locais baseados nessas técnicas.

Ademais, percebe-se a influência de uma ideologia que mercantiliza o ambiente na manutenção de tal entrave. "Para a ganância, toda natureza é insuficiente" - a frase, do filósofo Sêneca, critica uma concepção recorrente na atual conjuntura brasileira, segundo a qual o meio ambiente é visto como um objeto para o luxo humano-logicamente, tal visão mercadológica se choca com o modo de vida experienciado pelos

povos tradicionais, que vivenciam seu relacionamento respeitoso e recíproco com o ecossistema, fazendo uso de seus recursos sem fins exploratórios. Por conseguinte, as comunidades que vivem dessa intimidade com a natureza são altamente reprimidas pelas classes que se beneficiam do uso capitalizado e desigual do meio natural, como grandes empresas pecuaristas, que lucram da concentração de terras e do monopólio comercial, o que exclui - ainda mais - a população originária e resulta no declínio de sua cultura.

Portanto, cabe ao Estado - em sua função de promotor do bem-estar social - estabelecer uma ampla fiscalização do uso comercial do meio ambiente em áreas com maior volume de povos tradicionais, mediante a criação de mais delegacias especializadas no setor ambiental, a fim de garantir a preservação do estilo de vida desses indivíduos. Outrossim, é dever do Governo Federal organizar uma campanha de valorização de tais grupos, por meio da divulgação de informativos em redes sociais e da realização de palestras em escolas, de modo a enfatizar a contribuição socioambiental desses cidadãos, para, assim, conscientizar a população e possibilitar a exaltação das culturas tradicionais brasileiras.

Redação 7:

Na segunda metade do século XVIII, os escritores da primeira fase do Romantismo elevaram, de maneira completamente idealizada, o indígena e a natureza à condição de elementos personificadores da beleza e do poder da pátria (quando, na verdade, os nativos continuaram vítimas de uma exploração desumana no momento em questão). Sem desconsiderar o lapso temporal, hoje nota-se que, apesar das conquistas legais e jurídicas alcançadas, a exaltação dos indígenas e dos demais povos tradicionais não se efetivou no cenário brasileiro e continua restrita as prosas e poesias do movimento romântico. A partir desse contexto, é imprescindível compreender os maiores desafios para uma plena valorização das comunidades tradicionais no Brasil.

Nesse sentido, é inegável que o escasso interesse político em assegurar o respeito à cultura e ao modo de vida das populações tradicionais frustra a valorização desses indivíduos. Isso acontece, porque, como já estudado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há no Brasil uma espécie de “Colonialismo Insidioso”, isto é, a manutenção de estruturas coloniais perversas de dominação, que se disfarça em meio a avanços sociais, mas mantém a camada mais vulnerável da sociedade explorada e negligenciada. Nessa perspectiva, percebe-se o quanto a invisibilização dos povos tradicionais é proposital e configura-se como uma estratégia política para permanecer no poder e fortalecer situações de desigualdade e injustiça social. Dessa forma, tem-se um país que, além de naturalizar as mais diversas invasões possessórias nos

territórios dos povos tradicionais, não respeita a forma de viver e produzir dessas populações, o que comprova uma realidade destoante das produções literárias do Romantismo.

Ademais, é nítido que as dificuldades de promover um verdadeiro reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais ascendem à medida que raízes preconceituosas são mantidas. De fato, com base nos estudos da filósofa Sueli Carneiro, é perceptível a existência de um “Epistemicídio Brasileiro” na sociedade atual; ou seja, há uma negação da cultura e dos saberes de grupos subalternizados, a qual é ainda mais reforçada por setores midiáticos. Em outras palavras, apesar da complexidade de cultura dos povos tradicionais; o Brasil assume contornos monoculturais, uma vez que inferioriza e “sepulta” os saberes de tais grupos, cujas relações e produções, baseadas na relação harmônica com a natureza, destoam do modo ocidental, capitalista e elitista. Logo, devido a um notório preconceito, os indivíduos tradicionais permanecem excluídos socialmente e com seus direitos negligenciados.

Portanto, faz-se necessário superar os desafios que impedem a valorização das comunidades tradicionais no Brasil. Para isso, urge que o Poder Executivo – na esfera federal – amplie a verba destinada a órgãos fiscalizadores que visem garantir os direitos dos povos tradicionais e a preservação de seus territórios e costumes. Tal ação deve ser efetivada pela implantação de um Projeto Nacional de Valorização dos Povos Tradicionais, de modo a articular, em conjunto com a mídia socialmente engajada, palestras e debates que informem a importância de tais grupos em todos os 5.570 municípios brasileiros. Isso deve ser feito a fim de combater os preconceitos e promover o respeito às populações tradicionais. Afinal, o intuito é que elas sejam tão valorizadas quanto os índios na primeira fase da literatura romântica.

Redação 8:

De acordo com os pensadores estoicos, o ser humano deveria viver em harmonia com a natureza, buscando um bem geral. Contudo, observa-se, no Brasil, a desvalorização de pessoas que seguem tal proposta de respeito ao meio natural, como as comunidades e povos tradicionais. Essa realidade é fruto de um etnocentrismo histórico, além de refletir a lógica de perseguição por lucro do sistema capitalista. Sendo assim, faz-se necessário analisar os desafios desse cenário, a fim de garantir a igualdade a todos os brasileiros.

Nesse sentido, cabe ressaltar as raízes históricas da desvalorização dos povos tradicionais, como os indígenas. Isso pode ser verificado no etnocentrismo vigente no

país desde a sua colonização, haja vista o desprezo dos europeus pela população local, interpretando-a como "selvagem". A partir de então, os indígenas sofreram violência simbólica - termo apresentado pelo sociólogo Pierre Bourdieu- pois, mesmo sem coerção física, estavam sujeitos a diversas formas de manipulação, como a cultural. Prova disso foi a atuação dos jesuítas no processo de cristianização desses indivíduos ao negar suas crenças e impor a fé católica. Logo, a hierarquização dos povos é antiga no Brasil, fato que desencadeou a desvalorização atual de certas comunidades.

Além disso, o país está inserido em um sistema capitalista de produção, o qual visa, primordialmente, ao lucro. Segundo o conceito de reificação, proposto pelo sociólogo Karl Marx, o valor do indivíduo está em sua contribuição para o capitalismo. Sob essa óptica, tendo em vista que eles buscam apenas a subsistência, os povos tradicionais são desvalorizados pela sociedade, porque não colaboram, diretamente, com a geração de riqueza. Desse modo, são apagados do corpo social e precisam reafirmar os seus direitos, devido à violação de suas necessidades, como a natureza - produto de exploração da esfera econômica.

Portanto, urge que a mídia televisiva, responsável pela difusão de informações e entretenimento, por meio de documentários e novelas, retrate o cotidiano de comunidades e povos tradicionais no Brasil, apresentando sua cultura de forma positiva, com o intuito de legitimar os diferentes modos de vida a romper com o etnocentrismo histórico. Ademais, cabe à escola, instituição de transformação de valores, apresentar a natureza de uma maneira desvinculada do capitalismo e ressaltar sua importância a todos. Assim, espera-se um país que siga a proposta de estoicismo e valorize os povos tradicionais.

Redação 9:

Na minissérie documental "Guerras do Brasil.doc", presente na plataforma Netflix, o professor indígena Ailton Krenak propõe a reflexão acerca da dizimação dos povos originários a partir de perspectivas atuais, em que é retratada a história sob o olhar do esquecimento e da violência contra esses povos, a despeito da sua riqueza cultural e produtiva. Essas formas de desvalorização das comunidades tradicionais do Brasil são respaldadas, dentre outros fatores, pela invisibilização histórica desses atores sociais no ensino básico e pelo preconceito que rege o senso comum. Dessa forma, é imprescindível a intervenção sociogovernamental, a fim de superar os desafios mencionados.

Com efeito, cabe destacar a exclusão generalizada dos aspectos históricos e culturais referentes às etnias tradicionais dentro do sistema educacional como fator proeminente à perpetuação da desvalorização do grupo em questão, uma vez que, sendo a escola um dos núcleos de integração social e informacional, a carência de estímulos ao conhecimento dos povos nativos provoca desconhecimento, e consequentemente, o cidadão comum não tem base da informação acerca da indispensabilidade das comunidades

originárias à formação do corpo social brasileiro. Nesse sentido, os versos “Nossos índios em algumas poucas memórias/Os de fora nos livros das nossas escolas”, da banda cearense Selvagens à Procura da Lei, ilustram uma construção do ensino escolar pautada no esquecimento dessa minoria, de maneira a ampliar sua desvalorização. Assim, é constatável a estreita relação entre as lacunas na educação e o fraco reconhecimento dos povos e das comunidades tradicionais.

Ademais, vale ressaltar o preconceito cultivado no ideário popular como empecilho à importância atribuída aos povos nativos, posto que, em decorrência da baixa representatividade em ambientes escolares, como mencionado anteriormente, e do baixo respaldo cultural, marcado por estereótipos limitantes e etnocentristas, isto é, que supõem superioridade de uma etnia em relação à outra, há formação de estigmas sobre pessoas dessas minorias e, por conseguinte, não há o reconhecimento de suas ricas peculiaridades. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível estabelecer conexões entre a atualidade e a carta ao rei de Portugal escrita por Pero Vaz de Caminha, no momento da chegada dos portugueses ao Brasil, de forma que a perspectiva do navegador em relação ao indígena, permeada de suposta inocência, maleabilidade e passividade, pouco alterou-se na concepção atual, evidenciando a prepotência e a altivez que são implicações da ignorância e do silenciamento das fontes tradicionais. Então, são necessárias medidas de mitigação dessa problemática para o alcance do bem estar da sociedade.

Em suma, entende-se o paralelo entre a desvalorização dos povos nativos e o apagamento histórico destes, além do preconceito sobre este grupo, de modo a urgir atenuação do cenário exposto. Para isso, cabe ao Ministério da Educação a ampliação do ensino histórico e cultural do acervo tradicional, por meio da reformulação das bases de assuntos abordados em sala de aula e da contratação de profissionais dessas etnias, com o objetivo de pluralizar as narrativas e evitar a exclusão provocada por apenas uma história, em consonância com o livro da escritora angolana Chimamanda Ngozie Adichie “O perigo da história única”. Também, é papel dos veículos culturais, como a mídia, a representação ampla e fidedigna desses grupos, com o fito de minorar a visão estigmatizada que foi construída. Com isso, o extermínio simbólico denunciado por Krenak será mingüado.

Redação 10:

O documentário “Guerras do Brasil”, que tem participação do ativista indígena Ailton Krenak, apresenta, em seu primeiro episódio, a perspectiva dos povos originários em relação ao processo de colonização brasileiro, ressaltando a manutenção da luta dessas comunidades pela conservação da cultura e preservação da natureza na

atualidade. A partir desse cenário, é necessário avaliar os obstáculos que impedem a valorização efetiva dos povos tradicionais no Brasil, o que está associado à relação conflituosa com o modelo econômico agroexportador brasileiro, bem como à visão de parte da sociedade que inferioriza organizações sociais que se diferenciam do padrão ocidental.

De início, é importante observar a contraposição existente entre a forma como as comunidades originárias e uma parcela da população lidam com a natureza. Nesse contexto, destaca-se o modelo de colonização do Brasil, chamado de “colônia de exploração”, o qual estabeleceu uma economia pautada na exploração dos recursos naturais em vista da possibilidade do lucro. Esse tipo de visão, que é observado, na atualidade, pela manutenção de um modelo econômico agroexportador, se opõe à visão dos povos tradicionais em relação à natureza, os quais estabelecem uma íntima relação de reciprocidade, identificando, nesse local, a sua fonte de sobrevivência e de moradia. Como consequência dessas realidades opostas, alguns indivíduos consideram a população originária contrária ao progresso econômico buscado pelo capitalismo, o que impede a valorização do saber desses povos sobre a natureza.

Além disso, percebe-se a existência de um pensamento que estabelece uma relação de hierarquização entre os povos brasileiros, o que impede o reconhecimento efetivo das comunidades tradicionais. Nesse sentido, evidencia-se a disseminação, durante o processo de colonização brasileiro, do mito do “Bom Selvagem”, em que os nativos foram caracterizados como ingênuos e puros, sendo possíveis de serem civilizados pela cultura ocidental, desconsiderando a organização social já existente entre esses povos. Consequentemente, devido à desqualificação da noção própria de organização dessas comunidades culturalmente diferenciadas, observa-se a inferiorização de costumes e hábitos não ocidentais, impedindo uma visão de igualdade que permite a valorização dos povos tradicionais.

Portanto, conclui-se que o Governo Federal, em parceria com o Ministério da Educação, deve promover o reconhecimento das características singulares de cada comunidade tradicional brasileira, por meio de debates com lideranças desses grupos com a população, o que pode ser realizado em instituições públicas, como as escolas, bem como em ambientes virtuais, como as redes sociais, a fim de garantir a valorização plena desses povos que pertencem à noção. Ademais, é relevante que se estabeleçam relações mais amistosas entre o ser humano e a natureza, a partir da valorização dos saberes tradicionais.

